

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

26 de agosto de 2016 | Número 016

BOLETIM INFORMATIVO



Anselm Jappe: “As camadas mais reacionárias do Brasil retomaram o seu antigo poder”

“Em todo o mundo, a crise ressuscitou os piores reflexos do passado, em particular o racismo, o antisemitismo e o desprezo pelos pobres. E no Brasil, ressurgiram as atitudes herdadas de uma sociedade escravocrata. Não é o custo – bastante moderado – do Bolsa Família que escandaliza, mas a ideia de que os pobres possam ter direitos.”

A atual crise política no Brasil é um sintoma da impossibilidade de lutar contra o capitalismo com seus próprios meios. A avaliação é do filósofo e crítico social Anselm Jappe, um dos principais representantes atuais da crítica marxista do valor. Professor do Colégio Internacional de Filosofia, em Paris, desde o final da década de 90 Jappe tem passado pelo Brasil e acompanhado de perto a conjuntura política, econômica e social no país frente às dinâmicas do capitalismo global de hoje. Para ele, o atual quadro “tem efetivamente ares de um golpe que traz à tona tempos sombrios” mas ao mesmo tempo reúne os melhores motivos para se retomar uma verdadeira “antipolítica” – termo que longe de significar a renúncia da ação pública e coletiva, descreve um ato de superação do que atualmente chamamos de “política” ancorado em uma recusa da lógica econômica que a enseja.

Você visitou o Brasil pela primeira vez no final da década de 1990 e voltou várias vezes, sendo a última logo após as manifestações de junho de 2013. Quais são as mudanças que você observou durante esse período?

Visitei o Brasil pela primeira vez em 1999 e depois voltei quase todos os anos para participar de conferências no meio acadêmico, e também tive a oportunidade de observar outros meios da sociedade. Nos primeiros anos, notei a forte “xenofilia” dos intelectuais brasileiros: boa parte dos professores brasileiros havia estudado no exterior, e o fato de ter feito um doutorado em Paris ou em Londres era uma garantia quase certa de obter, em seguida, um cargo de professor no Brasil – especialmente após o fim da ditadura. Da mesma forma, intelectuais europeus, ainda que não fossem muito conhecidos em seus próprios países, eram recebidos no Brasil com grande respeito e, por vezes, tornavam-se estrelas. Os visitantes estrangeiros eram facilmente convidados para ficar e ensinar em condições muito favoráveis. Assim, predominava a impressão, até no plano intelectual, de se estar em um país “semiperiférico”.

Alguns anos depois, isso mudou. As importações foram substituídas por produtos locais. As principais universidades brasileiras passaram a produzir um grande número de doutores, de boa qualidade, que em seguida ocupavam as cadeiras das universidades em rápida expansão no país. Sentia-se que universidades como as de São Paulo ou de Porto Alegre se propunham a competir com Harvard ou com a Sorbonne, queriam jogar com os grandes. A cada ano, chegavam mais estudantes brasileiros na Europa. Paris estava repleta. Parecia que qualquer estudante brasileiro que quisesse uma bolsa para estudar no exterior a recebia. Na Europa, ao contrário, as universidades estavam em crise. Aqui só se falava em cortes no orçamento e em cortes de empregos, e encontrar trabalho tinha se tornado quase impossível para os jovens doutores. Vi vários universitários europeus chegarem ao Brasil em busca de emprego, até em lugares distantes dos grandes centros. Além disso, nunca parecia faltar dinheiro para organizar simpósios e convidar palestrantes. Lembro-me bem que por volta de 2010, confrontando as situações das universidades brasileiras e europeias, eu tinha a sensação de que era eu que vinha do terceiro mundo!

Mas isso não durou muito...

Sim, o milagre desapareceu tão rápido quanto havia aparecido. A situação atual em muitas universidades brasileiras parece desastrosa – disseram-me que professores são orientados a não acender a luz muito cedo! O número de bolsistas brasileiros na Europa parece ter caído tão rápido quanto o número de colóquios faustosos no Brasil, e o fluxo de migração se reverteu novamente. Embora essas observações só se refiram ao microcosmo universitário, eu acho que refletem uma realidade mais ampla. A ambição de sair do “subdesenvolvimento”, a convicção, depois de vários anos de crescimento, de ter definitivamente virado a página e de ser agora “um país como os outros”, isto é, como os Estados Unidos ou Europa; e, finalmente, a amarga desilusão, que é uma das causas da crise política atual.

A “crítica do valor”, corrente crítica na qual se inserem seus escritos, argumenta que o capitalismo entrou numa fase irremediável de crise, devido a uma contradição estrutural. O Brasil é um país onde essa corrente tem suscitado interesse desde os anos 1990. As vicissitudes que você descreveu afetaram a forma com a qual a *wertkritik* foi recebida no país? Sim, poderíamos acompanhar essa evolução também através do recebimento da crítica do valor e do seu autor mais conhecido, o alemão Robert Kurz. Ele atingiu um grande público no Brasil na década de 1990, depois da tradução de *O colapso da modernização* (Paz e Terra, 1991). Esse livro anuncjava que o capitalismo mundial, apesar da atmosfera de triunfo que prevaleceu no Ocidente depois da queda da URSS, inevitavelmente entraria em colapso. Enquanto novas catástrofes econômicas reapareciam no Brasil (por exemplo, o retorno da hiperinflação que se repetiu várias vezes), a teoria da crise de Kurz permaneceu bastante debatida. Através de sua coluna na *Folha de São Paulo*, ele se tornou um formador de opinião no Brasil. Ele me disse que, cada vez que havia uma má notícia econômica no Brasil, seu telefone começava a tocar e chamavam-no para entrevistas. Mas, com a euforia coletiva que começara a se estabelecer durante os anos Lula, ninguém queria ouvir falar de crise. Mesmo os grupos de pesquisa no Brasil que se inspiravam na crítica do valor relatavam manter apenas alguns de seus aspectos. Eles diziam que, naquele contexto, era impossível falar de uma crise do capitalismo no Brasil sem que rissem da nossa cara. A *Folha* fechou a coluna de Kurz.

O fato de que o Brasil aparentava ter sido poupadão da crise mundial de 2008 parecia reforçar ainda mais a impressão de que o capitalismo só estava em crise nos seus antigos centros e que simplesmente havia passado a tocha para a ex-periferia: os famosos países BRICS. Assim, o sentimento de nova riqueza foi acompanhado pela satisfação de uma espécie de revanche histórica que finalmente permitia ao Brasil fazer parte do clube das potências. O país reivindicava então um assento permanente no Conselho de segurança da ONU, propunha-se como mediador entre países em conflito em outros continentes e investia maciçamente fora das suas fronteiras. Finalmente, o Brasil não era mais o “primo pobre”.

Além disso, aqueles que aprovavam o governo do PT podiam enfatizar que não eram apenas os indicadores econômicos que subiam, mas que também havia uma evolução para uma maior igualdade social e mais serviços básicos, mais respeito das minorias e um espírito menos colonialista. Por isso, inclusive nesse sentido, o Brasil tornou-se “moderno” e foi integrado ao mundo globalizado. De fato, eu já não via mais, ao longo da estrada que leva do aeroporto de Guarulhos a São Paulo, as favelas particularmente miseráveis que havia visto em 1999 – quem sabe para onde eles foram deslocadas... Em todo caso, agora sabemos que bastou pouco para acabar com este conto de fadas.

Entrevista

26 de agosto de 2016 | Número 016

O que houve?

O país foi alcançado pela crise mundial, com uma crise política caseira em bônus. Não é necessário recordar aqui os detalhes. Há, sobretudo, duas questões que devem ser colocadas: o fato de que o Brasil tenha caído tão rapidamente seria o resultado de más políticas que poderiam ter sido evitadas ou seria a consequência inevitável de uma lógica pétreia do capitalismo mundial? E por que os grupos dominantes no país – o grande capital, a finança, os latifundiários, a grande mídia – têm atacado obstinadamente o governo de Dilma, apesar dos anos de prosperidade que o governo do PT lhes proporcionou, desde 2002? Que razão teria o Capital para desaprovar o PT (e não os seus eleitores populares decepcionados)?

Você diz que o Brasil teve uma “recaída”. Você acredita que o que está acontecendo pode ser descrito como um retrocesso?

“Recaída”, “retrocesso”, sim, é o caso de usar essas palavras. No plano econômico, em primeiro lugar. A situação atual demonstra que o Brasil nunca tinha se liberado do pecado capital das economias “atrasadas”: a dependência das exportações de matérias-primas. Pelo contrário, a sua incidência na economia nacional quase dobrou desde 2000. A economia brasileira continua tão frágil e dependente quanto antes, o que resultou no rápido retorno da inflação e da pobreza, a partir do momento em que a economia mundial piorou. Os observadores sérios são unâimes no seu diagnóstico: era essencialmente a demanda voraz da China, em termos de matérias-primas, que estimulava a economia brasileira, e a economia chinesa dependia, por sua vez, da capacidade dos países ocidentais de absorver seus produtos manufaturados. No momento em que esse esquema mundial instável – que se baseava apenas no crédito – começou a vacilar, o milagre econômico brasileiro já tinha terminado. Mesmo internamente, ele só funcionava a base de crédito. O crédito ao consumo e o crédito imobiliário criavam uma sensação de enorme expansão das classes médias e geravam consenso social, enquanto que o Estado fazia investimentos maciços que eram igualmente financiados a crédito. A famosa inclusão de milhões de pessoas pobres não era fruto de qualquer redistribuição real, mas apenas um subproduto – um “derivado” – da bolha especulativa global. O PT anunciou que deveria fazer o bolo crescer para poder distribuir a todos; mas, no final das contas, o bolo tinha apenas inchado com fermentos artificiais... Em suma, o boom econômico não tinha base sólida em termos capitalistas, mas era estritamente o resultado de fatores externos e incontroláveis.

Você acredita então que essa nova queda era previsível?

Sim, esta queda era previsível porque a economia global, na era neoliberal, não é mais baseada na única fonte real de “rentabilidade” no sentido capitalista: isto é, a transformação do trabalho vivo em valor e sua constante acumulação. Desde que a substituição do trabalho vivo pela tecnologia – que não cria valor econômico – ultrapassou um determinado nível, mais ou menos na década de 1970, a economia mundial só simulou o crescimento econômico, com uma utilização cada vez mais maciça de crédito e de todas as formas de capital fictício (bolsas, valores imobiliários etc.). A crise de 2008 foi apenas o começo do colapso dos valores irreais criados pela finança e, desde então, nada foi feito para reavivar a economia global de forma sustentável – apenas empréstimos e ainda mais empréstimos. Também era previsível que o deslocamento de acumulação global dos centros – imaginados como velhos e cansados – para a periferia – imaginada como jovem e cheia de energia – não ocorreria. O capitalismo não é uma receita que, se devidamente aplicada, dá os mesmos resultados em todos os lugares. Foi baseado desde o início sobre o caráter não-contemporâneo das diversas economias e sobre uma divisão de tarefas, tudo em benefício dos países que tinham um nível maior de produtividade. São sempre os mesmos países que, inevitavelmente, têm mantido suas vantagens iniciais, o que remonta ao século 19. A globalização, a partir da década de 1970, destruiu as últimas possibilidades de estabelecer economias nacionais ou regionais, seja na União Soviética, seja como parte de um “desenvolvimentismo”.

A partir daí, a única integração possível ao mercado mundial se deu pela via das exportações – o Brasil e a Rússia o fizeram com as matérias-primas; a China, com produtos manufaturados que os estadunidenses compravam quase gratuitamente, gracas à função

do dólar como moeda mundial. Neste sistema, sempre há um país “atrasado” que deve vender barato seus recursos ou seu trabalho para países mais “produtivos”. Pode-se, é claro, combater essa desigualdade global, mas deve-se, então, lutar contra o sistema capitalista como tal. Quando se aceita o capitalismo como horizonte intransponível, também se aceita, goste-se ou não, o fato de que há vencedores e perdedores. As políticas mais ou menos apropriadas dos diferentes governos só podem mudar detalhes – vemos isto todos os dias.

Em outras palavras, poderíamos dizer que assistimos mais uma vez ao fracasso daquilo que Kurz chamara de “modernização retardatária”?

Sim, exatamente. Se podemos aplicar o conceito de “retrocesso”, também é nesse outro sentido: o fracasso da “modernização retardatária” mostrou que a modernização da sociedade brasileira em si foi em muitos aspectos um verniz superficial. Uma vez que o quadro econômico piorou e que não havia mais abundância para distribuir aos ricos e aos pobres, os velhos demônios, que nunca dormiram realmente, finalmente despertaram. Apesar de todas as benesses que favoreceram a burguesia, esta nunca gostou da política do PT. De um ponto de vista puramente econômico e prático, isso pode parecer ódio irracional ou pelo menos ingrat. Mas a satisfação social do sujeito capitalista não é medida apenas pelos produtos que consome, mas também por sua *distinção* em relação aos outros sujeitos. E essas questões de *status* são ainda mais importantes, onde os restos de uma mentalidade pré-moderna e colonialista persistem. Dizem que o Bolsa Família desagradou aos pequenos burgueses porque havia se tornado mais difícil encontrar empregadas domésticas. A presença delas, até mesmo em famílias da pequena burguesia, é uma característica da vida brasileira que causa grande impacto nos visitantes estrangeiros. A perda desse *status* simbólico foi certamente angustiante para muitas pessoas. Da mesma forma, estudar na universidade ou viajar para o exterior deixou de ser o sinal de se pertencer a uma elite.

Como diziam alguns, “os aeroportos viraram rodoviárias”...

Sim, isso mesmo. E por que os velhos burgueses suspiravam assim? Eles não tinham perdido nada de seus bens materiais, mas agora dificilmente poderiam sentir o prazer aberto de ver o engraxate aos seus pés. Vemos que questões de identidade podem contar tanto quanto questões materiais. Em todo o mundo, a crise ressuscitou os piores reflexos do passado, em particular o racismo, o antisemitismo e o desprezo pelos pobres. E no Brasil, ressurgiram as atitudes herdadas de uma sociedade escravocrata. Não é o custo – bastante moderado – do Bolsa Família que escandaliza, mas a ideia de que os pobres possam ter direitos.

Mas que relação podemos estabelecer entre a persistência de mentalidade ultrapassada e o cenário político atual?

Também reconhecemos essa persistência do passado na facilidade com que os “poderes fortes” em alguns países invertem o jogo “democrático” assim que o jogo não lhes convém. É claro que, em nenhum lugar do mundo, os dominantes aceitam mais as regras “democráticas” antes estabelecidas por eles mesmos. Mas, no caso brasileiro, a ânsia pelo poder tem efetivamente ares de um golpe que traz à tona tempos sombrios. Claro, não temos que ter pena do PT: ele tropeçou no seu próprio tapete, ele foi vítima de seu próprio jogo, traído por aliados que ele próprio levou ao poder e os instalou em lugares de onde eles poderiam golpeá-lo. Mas esta consideração não altera o fato de que as camadas mais reacionárias do país retomaram o seu antigo poder. A composição do governo Temer é uma confirmação caricatural. Do ponto de vista da pura lógica do capital e do dinheiro, um branco e um negro, uma mulher e um homem, um gay e um pai de família, um evangélico e um ateu, um descendente dos colonizadores e um descendente de escravos são iguais – mas a mesma lógica ainda mantém seu lado obscuro irracional de que essas pessoas não se equivalem, de forma alguma.



Entrevista

No entanto, a queda da Dilma não foi apenas o resultado de uma conspiração nos corredores de um Parlamento de corruptos. Foi precedida por enormes manifestações pedindo o *impeachment*, muito maiores e mais contínuas do que as de 2013. Um dos fatores que precipitaram a desgraça do PT, junto ao estrato social que até então tinha beneficiado de suas políticas, foi o fenômeno já observado pelo sociólogo francês Emile Durkheim no final do século XIX, quando tentava entender por que, paradoxalmente, a taxa de suicídio aumentava durante períodos de prosperidade: as expectativas crescem mais rápido do que as possibilidades reais, causando uma maior deceção do que antes. Prometeram às novas classes médias, criadas pelas políticas do PT, que viveriam como nos países mais “desenvolvidos”; consequentemente, elas rapidamente consideraram intoleráveis situações que antes elas teriam considerado como “progresso”. Eu não pretendo fazer um discurso culturalista sobre as “mentalidades eternas” dos povos. Pelo contrário, é um discurso sobre a impossibilidade de lutar contra o capitalismo com seus próprios meios. Ele nunca permitirá que o Brasil tenha um melhor lugar no mercado mundial, nem que os pobres conquistem o seu lugar na sociedade brasileira.

Em meio a essas perspectivas pouco animadoras, que possibilidades de resistência podemos vislumbrar?

Antes do governo do PT, existiram fortes movimentos sociais. Houve as manifestações – um tanto misteriosas – de 2013. Os melhores motivos para se retomar uma *antipolítica* estão reunidos. Mas ela deve absolutamente se separar de qualquer referência aos partidos, sejam esses quais forem, ao Estado e ao “desenvolvimento”. Ela não deve redistribuir a falsa riqueza capitalista, o dinheiro, mas sim lutar pelo acesso de todos às riquezas concretas.

Poderia nos explicar melhor o que entende por “antipolítica”?

A *antipolítica* não tem nada a ver com a renúncia da ação pública e coletiva. Pelo contrário, é uma forma de agir que percebe que na sociedade de mercado não pode haver uma esfera da política autônoma, lugar de decisão soberana e consciente, que seria capaz de ditar a lei a uma esfera separada da economia e do mercado. Enquanto o valor, o dinheiro e o trabalho formarem a *síntese social*, eles serão como um *a priori*, um filtro inconsciente que se interpõe entre todas as decisões dos sujeitos e o mundo no qual querem agir. Observamos isso na famosa questão da “financiabilidade”: numa sociedade de mercado, nós não nos perguntamos se a solução proposta é apropriada ou não, mas se podemos ou não “financiá-la”. Qualquer política que atue no campo pressuposto e não questionado do dinheiro e do trabalho já perdeu a partida de antemão, e só pode se tornar executora da lógica econômica. É por isso que todos os governantes do mundo, mesmo aqueles que poderiam, no início, ser “honestos” ou “de esquerda”, acabam aplicando receitas neoliberais. É preciso romper com a própria lógica econômica, o que significa uma espécie de revolução antropológica que vai além do que chamamos atualmente de política. Não se trata, porém, de uma perspectiva utópica ou irrealista. Considerando-se o desastre ao qual a lógica econômica nos levou em todas as áreas (e, em particular, na área do meio-ambiente), a única via “realista” seria tentar experiências de vida social para além da economia e do mercado. Mesmo que seja no meio de milhares de incertezas, é o espírito que parece animar uma parte de movimentos sociais na América Latina, sejam os zapatistas no México, os movimentos indigenistas ou os movimentos de apropriação de terras, usinas, serviços. Eu acho que é muito mais promissor do que continuar a confiar em partidos, Estados, eleições...

Anselm Jappe é um dos principais autores da crítica do valor (*wertkritik*) hoje, corrente de teoria crítica marxista que tem como alguns de seus nomes mais conhecidos Robert Kurz, recentemente falecido, e Moishe Postone, autor de *Tempo, trabalho e dominação social*. Ensina atualmente no Colégio Internacional de Filosofia, em Paris, e é autor de diversas obras traduzidas para o português, entre elas *As aventuras da mercadoria* (Antígona, 2006) e *Crédito à morte* (Hedra, 2013) – livro que foi tema da coluna “Roteiros para sair do capitalismo”, de Ricardo Musse, no *Blog da Boitempo*.

<https://blogdabitempo.com.br/2016/08/19/anselm-jappe-as-camadas-mais-reacionarias-do-brasil-retomaram-o-seu-antigo-poder/>

Artigo

A terceirização e a UBERização do trabalho no Brasil

O modo UBER de organizar e remunerar a força de trabalho distancia-se crescentemente da regularidade do assalariamento formal, acompanhado geralmente pela garantia dos direitos sociais e trabalhistas.

Márcio Pochmann

A longa jornada de regulação do mundo do trabalho no Brasil pode estar com seus dias contados diante do sinal verde concedido pelo Governo Temer ao projeto de lei que leva à universalização da terceirização no mercado de trabalho. A recente e parcial derrota dos trabalhadores impõe pela Câmara dos Deputados ao aprovar uma nova legislação que termina por colocar por terra a septuagenária CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) ameaça tornar-se conclusiva com possível resultado final da apreciação no Senado Federal. Se concretizado, os trabalhadores defrontar-se-ão com uma quarta tentativa de impor rumo divergente ao movimento maior de transição da precariedade para a segurança no mundo do trabalho. Sabe-se que após a aprovação da CLT, em 1943, houve nos governos da Ditadura Militar (1964-1985) duas ações de contrariedade da regulação do trabalho.

Uma primeira na década de 1960, com a introdução do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e da política salarial de arrocho. Pelo FGTS, os trabalhadores com mais de dez anos empregados na mesma empresa perderam a estabilidade laboral, o que significou enorme rotatividade no mercado de trabalho, com cerca da metade dos assalariados demitidos a cada ano motivada pela possibilidade da redução salarial.

Na política salarial vigente entre 1964 e 1994, o resultado foi, em geral, a perda de poder compra do rendimento dos trabalhadores, sobretudo no valor real do salário mínimo, que atende a base da pirâmide distributiva do País. Diante da significativa expansão da produtividade do trabalho, os salários perderam para a corrida para a inflação, o que contribuiu ainda mais para o agravamento da desigualdade de renda no Brasil.

No regime democrático iniciado em 1985, a regressão na regulação do trabalho se deu na década de 1990, com a flexibilização dos contratos impulsionada pelos governos neoliberais dos fernandos (Collor, 1990-92, e Cardoso, 1995-2002). O avanço na precarização nas relações de trabalho se mostrou inquestionável, com agravamento da informalidade e do desemprego.

Este ambiente voltou a predominar atualmente. Nesse sentido, a ascensão iminente da terceirização, agora garantida por legislação própria, permitirá retomar o sentido inverso à transição da precariedade para a segurança no mundo do trabalho.

A atualidade do projeto de lei da terceirização a ser ainda avaliado pelo Senado Federal e que conta com o apoio antecipado do governo Temer, encontra-se em sua ramificação com a perspectiva de generalização da UBERização do trabalho neste início do século 21. Isso porque o modo UBER de organizar e remunerar a força de trabalho distancia-se crescentemente da regularidade do assalariamento formal, acompanhado geralmente pela garantia dos direitos sociais e trabalhistas. Como os direitos sociais e trabalhistas passam crescentemente a ser tratados pelos empregadores e suas máquinas de agitação e propaganda enquanto fundamentalmente custos, a contratação direta, sem direitos sociais e trabalhistas libera a competição individual maior entre os próprios trabalhadores em favor dos patrões. Os sindicatos ficam de fora da negociação, contribuindo ainda mais para esvaziamento do grau de organização em sua própria base social.

Ao depender cada vez mais do rendimento diretamente recebido, sem mais a presença do histórico salário indireto (férias, feriado, previdência, etc), os fundos públicos voltados ao financiamento do sistema de segurança social enfraquecem, quando não contribuem para a prevalência da sistemática do rentismo. A contenção da terceirização, em função disso, poderia estancar a trajetória difusora do modo Uber de precarização das contratações de trabalho.

*é Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindrais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas. Autor, entre outros de, *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social* (2014), *O emprego no desenvolvimento da nação* (2008) e *O emprego na globalização* (2001), seu livro *Nova classe média*, publicado pela Boitempo em 2012 foi finalista do prêmio Jabuti deste ano na categoria de não-ficção.

Assista à fala de Marcio Pochmann no link:
<https://blogdabitempo.com.br/2016/08/24/a-terceirizacao-e-a-uberizacao-do-trabalho-no-brasil/>



O julgamento da História

Guilherme Boulos*



O Senado inicia nesta quinta (25) o julgamento do impeachment de Dilma Rousseff. Não será a primeira vez na história brasileira que se trama a deposição de um presidente sem qualquer fundamento constitucional. Em 1954 com Getúlio, em 64 com Jango e agora com Dilma. Processos distintos, é verdade, mas que contaram todos eles com uma "tríplice aliança", formada pelo engajamento do empresariado, a parcialidade da imprensa e a covardia do Congresso.

Em 22 de agosto de 1954, os militares liderados pelo brigadeiro Eduardo Gomes, candidato derrotado por Getúlio nas eleições de 50, lançaram um manifesto exigindo a renúncia do presidente e ameaçando apelar às armas. As condições para isso foram criadas ostensivamente pelos jornais de Carlos Lacerda, alimentando factóides contra o presidente e envenenando a opinião pública. No Congresso, os deputados endossaram os militares e clamavam pela renúncia presidencial, alegando que Getúlio não tinha mais "condições de governar". Deram a senha para o apoio ao golpe.

As brilhantes páginas de Lira Neto mostram como, dia após dia, a farsa foi sendo montada, com um bombardeio de acusações levianas, que iam de corrupção a homicídio, isolando Vargas e minando seu apoio social. Mostram também o papel da "República do Galeão", um poder acima dos poderes e que tomou o presidente como alvo, tal qual sua herdeira "República de Curitiba".

Mas a ausência de qualquer evidência contra ele se expressou de modo cabal na rejeição de um impeachment pela própria Câmara por "absoluta falta de fundamentação jurídica". Mesmo com uma base legislativa já desorganizada, Getúlio venceu por 136 votos a 35. O Congresso da época, embora covarde, não chegava aos níveis atuais de delinquência. Porém, o suicídio de Getúlio, com o consequente clamor popular, adiou os planos golpistas por uma década.

Em 1964, as mesmas forças voltaram-se contra João Goulart. Novamente, o movimento foi operado nas casernas e com participação decisiva da "tríplice aliança". O disparador foi o histórico Comício da Central da Brasil, em 13 de março, onde o presidente anunciou profundas reformas populares. A reação foi rápida. A oligarquia paulista e os grandes jornais insuflaram os ânimos contra a "ameaça comunista", organizando dias depois a famigerada Marcha da Família com Deus, que levou uma multidão às ruas contra Jango.

O golpe foi dado na sugestiva data de 1 de abril. E saudado no dia seguinte pela imprensa e pelo Congresso. Manchete de "O Globo": "Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada". O "Estadão", como sempre, foi além: "Vitorioso o movimento democrático".

Essa foi a tônica do conjunto da imprensa brasileira.

No Congresso, o senador Auro de Moura Andrade não esperou nem os tanques esfriarem para declarar vaga a Presidência da República, mesmo com Jango em território nacional. A legitimação do golpe pelo Legislativo foi completada pelo deputado Ranieri Mazzilli, que apoiou o Ato Institucional 1, passando o poder ao general Castello Branco e dando ares constitucionais à ditadura que se iniciava.

O Congresso brasileiro, portanto, tem a tradição de apoiar golpes. Os pretextos foram mudando de nome com o tempo: em 54 era o "mar de lama" ou a rua Tonelero; em 64 era o risco da "república sindicalista"; hoje se chama "pedalada fiscal". Ninguém acredita muito neles, no fundo todos sabem que as razões são de outra ordem, mas afinal é da natureza dos golpes que não se assumam como tal.

As verdadeiras razões estão quase sempre ligadas a interesses econômicos. Em 54, tratava-se de interromper o "populismo" varguista, que havia acabado de dobrar o valor do salário mínimo e nacionalizado o petróleo com a criação da Petrobras. Em 64, a questão era barrar as reformas propostas por Jango, que até hoje continuam pendentes e necessárias.

Em 2016, apesar da maior complexidade do jogo, a mão invisível também se faz valer. Apesar das sucessivas concessões feitas por Dilma após as últimas eleições, apostando que teria governabilidade com a aplicação do programa adversário, a fome do empresariado e da banca era maior. A demanda é por um programa de espoliação de direitos que fará o ajuste de 2015 parecer keynesiano.

O programa de Michel Temer é desmontar a CLT, a previdência e liquidar os investimentos sociais. O que está em questão é desfazer de uma só vez o pacto da Constituição de 88 - com sua rede de proteção social - e o pacto lulista de 2003, que inclui a agenda de programas sociais e de investimento público. Um projeto como esse jamais passaria pelo crivo das urnas. Só pode tornar-se realidade pela via golpista.

Por todas essas razões, históricas e atuais, o julgamento que se inicia hoje tem cartas marcadas. É difícil crer em outro resultado que não a cassação do mandato da presidente Dilma, por mais irrisório que seja o pretexto das pedaladas fiscais.

É importante contudo irmos além da visão de curto prazo. Uma coisa é o julgamento político do Senado, que atende a um clamor induzido, a interesses de ocasião e até mesmo a negociatas. Outra coisa é o julgamento que será feito pela história. Neste, quanto mais evidente a farsa, maiores as chances de Dilma ser absolvida e de seus "juízes" de agora serem os condenados de amanhã. Afinal, Getúlio é tido hoje como um dos maiores líderes políticos de nossa história. E Lacerda não é nada mais que um golpista abjetivo. Jango é lembrado pelo compromisso com o povo, expresso nas reformas de base. Já os militares que o golpearam estão marcados eternamente como responsáveis por um dos períodos mais sombrios da história brasileira.

O julgamento histórico é implacável, seu tribunal não admite negociações. Aos senadores que votarem pelo golpe, prováveis vitoriosos de hoje, lhes restará o repúdio das gerações futuras e um lugar cativo na lata do lixo da história.

*Formado em Filosofia pela USP, é membro da coordenação do MTST e da Frente de Resistência Urbana.

Dilma dá receita contra parasita antidemocrático

O Teatro dos Bancários de Brasília, que em 2010 recebeu Dilma Rousseff para lançar sua candidatura à presidência da República, recebeu-a novamente nessa quarta-feira (29). Desta vez, mais uma vez lotado, para reforçar o coro das ruas em defesa da democracia e dos direitos trabalhistas e sociais que estão na mira dos patrocinadores de um dos golpes de Estado mais nefastos da história brasileira. Para Dilma, a saída dos “tempos sombrios” está no fortalecimento da democracia, na resistência, na luta e, sobretudo, na esperança.

“O único jeito de combater este golpe é usar o instrumento da democracia, ampliando-a, fazendo com que as organizações e os movimentos sociais sejam ouvidos, que as populações falem, que os artistas se manifestem, que os intelectuais se expressem e que nós façamos a discussão sistemática sobre o que está acontecendo. Nós temos de impedir que isso (o golpe em curso) se consolide através de um processo que se chama participação, mobilização, debate, luta e organização. Pois a única coisa que mata parasita antidemocrático é o oxigênio do debate, da crítica e da verdade”, disse a presidente do Brasil.



Dilma fez questão de reforçar sua ida ao Senado Federal na próxima segunda-feira (29/8), para fazer sua defesa e rechaçar o processo inescrupuloso de impeachment. “Eu vou defender a democracia, o projeto político que eu represento, os interesses legítimos do nosso Brasil e, acima de tudo, construir os instrumentos que permitam que isso (o golpe) nunca mais aconteça no nosso país.” O julgamento final da presidente tem início nesta quinta-feira (25/8), quando 81 senadores se rogam o direito de, sem comprovação de crime algum da presidente, substituir um colégio de 110 milhões de brasileiros que votou nas últimas eleições presidenciais.

A mulher, que encarou os ditadores de coturnos e armas de fogo na década de 1960/1970 e agora encara os de toga e paletós importados, se comprometeu a manter a luta intransigente em defesa da democracia. “Com a mesma força que um dia, lá atrás, eu lutei contra a ditadura militar, e resisti, e ganhamos porque implantamos a democracia em nosso país e implementamos a Constituição de 1988, dessa mesma maneira, nós vamos fazer a democracia avançar, vamos buscar com todas as nossas forças esse novo caminho que só tem um jeito: nós temos de ter esperança.”

Volta Dilma

Era próximo das 20h20 quando Dilma chegou ao Teatro dos Bancários, acompanhada da vice-presidenta nacional da CUT, Carmem Foro, e do legítimo ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner. As 500 poltronas do auditório foram insuficientes para todos presentes, homens e mulheres de todas as idades, cores, raças, credos e orientação sexual, que traziam em comum a sede por um Brasil mais justo e igualitário.



A presidente que é julgada por um não-crime, como ela mesma definiu, e pode ser afastada definitivamente da presidência da República, chegou sorrindo e tranquila, com passos curtos e espalhando simpatia, postura que manteve até o fim da atividade. Ela cumprimentou as lideranças com as quais dividiu o palco: parlamentares, representantes de movimentos sindicais, sociais, da organização civil, da juventude e outros setores que compõem a Frente Brasil Popular.

Em volta do palco, um amontoado de trabalhadores e trabalhadoras que ofereciam rosas à presidente também foi acolhido por Dilma. Ela jogou beijinhos, apertou carinhosamente as mãos que apostaram em um toque da presidente e juntou com cuidado todas as rosas a ela dedicadas. Crianças subiram no palco para tirar uma foto com a primeira presidente do Brasil. “Dilma guerreira da Pátria brasileira”, “Volta Dilma” e “Fora Temer” foram um dos gritos entoados por quem estava dentro do auditório lotado.

Do lado de fora do Teatro dos Bancários, um telão transmitia toda a solenidade para aqueles que não conseguiram entrar no espaço pequeno para a multidão que queria mostrar seu apoio à presidente do Brasil.

Antes do início da fala da mulher eleita presidente por mais de 54,5 milhões de votos, foi lida uma carta da Frente Brasil Popular. O documento denunciou o golpe em curso, identificando-o como um golpe à sociedade brasileira.

“Os golpistas escolheram o atalho da ilegalidade para arrochar salários e aposentadorias, eliminar direitos trabalhistas e estender a jornada de trabalho, cortar gastos com programas sociais, reduzir verbas multifuncionais para educação e saúde, diminuir investimentos públicos, privatizar empresas estatais e o pré-sal, desnacionalizar as nossas terras. Enfim, leiloar a soberania popular”, afirma trecho do documento.

A carta reconheceu os feitos dos governos de Lula e Dilma nos últimos 13 anos e ressaltou as manobras inescrupulosas “capitaneadas pelo gângster Eduardo Cunha” para que as pautas neoliberais fossem novamente implementadas com toda força. O texto reforçou que o povo almeja um Brasil que avance pela ideologia de esquerda.

“Acreditamos que, absolvida pelos senadores e senadoras, a senhora deverá retomar e colocar em um patamar superior o processo de mudanças iniciadas em 2003. A prioridade central deve ser a implementação de um Programa Nacional de Emergência voltado à recuperação econômica, à criação de emprego e à geração de renda; ao aumento de investimento da produção agrícola e, especialmente, à reindustrialização do país.

Lutar sempre

Dilma estava à vontade no palco rodeado de cadeiras vermelhas e olhos atentos. Ela reafirmou que está em curso um golpe de Estado que nasceu após ter quatro derrotas consecutivas das forças conservadoras e neoliberais nas eleições presidenciais. A última delas, que “entornou o caldo”, como adjetivou a presidente, foi a reeleição de Dilma no final de 2014.

Para ela, são claros os objetivos escusos daqueles que se apossaram do poder tendo o golpe como mola propulsora. Dilma apontou como um dos piores ataques implementados até agora a PEC 241, que sintetiza o projeto político sistematizado na Ponte para o Futuro do interino golpista Michel Temer. Pela Proposta de Emenda à Constituição, ficam congelados por 20 anos os gastos com Saúde e Educação.

A presidente ainda ressaltou que o estrago feito pela direita reacionária e inconformada com o crescimento social se alastrou para além dos limites territoriais do Brasil. "É muito grave o fato de estarem tentando sistematicamente destruir o Mercosul, desorganizar a Unasul, ter uma posição de neutralidade em relação aos Brics, não um empenho efetivo, não uma política com altivez; eles têm uma pretensão em relação à política internacional, como dizia o Chico (Chico Buarque, cantor e compositor) muito bem: falam fino com os Estados Unidos e falam grosso com a Bolívia."

Dilma Rousseff denunciou o machismo impregnado no golpe em curso e, com altivez, desmistificou a imagem equivocada da mulher-frágil. "Eu tenho capacidade de resistir porque eu tenho que honrar as mulheres do meu país. Durante todo esse processo, eles atacaram a minha pessoa usando aqueles instrumentos que usam sempre que querem atingir uma mulher. E, sobretudo, esperando com que a pressão fizesse com que eu renunciasse. A renúncia era algo que eles acham que uma mulher seria levada a fazer. Foi sempre a primeira proposta que aparecia na mídia, é sempre a primeira a aparecer e a última a sumir. E eu quero dizer pra vocês uma coisa: eu não renuncio."

Ela lembrou o suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas, impulsionado também por um golpe de Estado, e ressaltou que a democracia construída nas últimas décadas é a principal válvula para que tragédias como essa não voltem a acontecer. "Hoje eu não tenho que renunciar, não tenho que me suicidar, não tenho que fugir para o Uruguai.



Dia 29, nas ruas

O diálogo realizado com Dilma Rousseff, nessa quarta-feira (24/8), no Teatro dos Bancários, foi um esquenta para a manifestação agendada pela Frente Brasil Popular para o dia 29 de agosto em Brasília, dia em que a presidente fará sua defesa no Senado Federal.

Pela programação, às 8h, os manifestantes recepcionarão a presidente Dilma em frente ao Senado Federal. Das 10h às 16h, haverá programação político-cultural no acampamento em defesa da democracia e dos direitos, que será montado ao lado do Ginásio Nilson Nelson. Às 18h, haverá ato político nacional em defesa da democracia e dos direitos em frente ao Senado Federal.



<http://www.cutbrasilia.org.br/site/a-unica-coisa-que-mata-parasita-antidemocratico-e-o-oxigenio-do-debate-da-critica-e-da-verdade-2/>

Carta FBP à Dilma

CARTA DA FBP LIDA NO ATO DE 24/08 COM A PRESIDENTA DILMA EM BRASÍLIA

Companheira presidente Dilma,

Seja bem-vinda à casa dos trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos, movimentos populares, organizações da sociedade civil, partidos, coletivos de mulheres, negros e jovens, articulados na Frente Brasil Popular!

O Brasil vive um dos mais dramáticos e perigosos momentos de sua história.

As velhas oligarquias, mais uma vez, violam a Constituição para tomar de assalto o poder político, estabelecendo um governo ilegítimo e usurpador.

Fraudam processo de impeachment, pois a senhora não cometeu qualquer crime de responsabilidade, para dar um golpe contra a democracia e as conquistas do povo brasileiro. Não se trata apenas de amputar o mandato que foi conferido por 54 milhões de eleitores. O objetivo supremo é aplicar, a qualquer preço, o receituário derrotado pelo voto popular nos últimos quatro pleitos presidenciais, e anular as conquistas sociais e econômicas do povo brasileiro.

Esse impeachment forjado é um golpe contra a classe trabalhadora brasileira!

Os golpistas escolheram o atalho da ilegalidade para arrochar salários e aposentadorias, eliminar direitos trabalhistas e estender a jornada de trabalho, cortar gastos com programas sociais, reduzir verbas constitucionais para educação e saúde, diminuir investimentos públicos, privatizar empresas estatais e o pré-sal, desnacionalizar nossas terras. Enfim, querem leiloar a soberania nacional.

Os golpistas almejam reproduzir as piores deturpações do atual sistema político-eleitoral, origem dos principais escândalos de corrupção atualmente investigados, que atingem e desmoralizam todos os partidos, contaminados pelo financiamento empresarial de campanhas.

Companheira presidente Dilma,

Os governos liderados pelo presidente Lula e pela senhora fizeram da inclusão social e da distribuição de renda instrumentos de dinamização do mercado interno e força propulsora da economia brasileira.

São marcos desta alternativa a valorização real do salário mínimo e da aposentadoria básica, a adoção de programas como o Bolsa Família, o lançamento do "Minha Casa, Minha Vida", o Programa "Mais Médicos", a ampliação de crédito para a classe trabalhadora, a criação de novas vagas no ensino superior e a extensão do financiamento para a agricultura familiar, entre outras conquistas.

O aumento da capacidade de consumo das famílias animou o comércio e reativou a indústria nacional. Milhões de empregos foram criados, estimulando os salários e impulsinando novos investimentos, com maior oferta de bens e serviços.

Companheira presidente Dilma,

Nós reconhecemos as realizações destes treze anos de governo. As portas do Palácio do Planalto foram abertas a homens e mulheres trabalhadores, negros e jovens. A pauta de direitos humanos, do combate ao racismo, da questão de gênero e da cidadania da população LGBT teve avanços importantes.

O país também passou a ser protagonista da luta por um mundo pacífico e multipolar. Sem abdicar de nossos interesses comerciais junto aos países mais ricos, os governos de Lula e Dilma colaboraram na articulação de blocos regionais e intercontinentais que atuam por uma ordem planetária mais justa e democrática.

Ao longo desta jornada, no entanto, enfrentamos dificuldades e, inclusive, tivemos que lutar contra algumas medidas do governo.

O golpe em curso é a prova de que a repartição de interesses econômicos e políticos com a elite brasileira não é mais possível no quadro de crise do capitalismo mundial.

A oposição de direita fez uma escalada de ataques sem trégua, estimulada pelos monopólios da mídia e reforçada pelo deslocamento conservador de partidos centristas para impedi-la de governar. Pautas-bomba e adiamentos legislativos fizeram parte de uma clara operação de sabotagem, capitaneada pelo gangster Eduardo Cunha.

A reação de determinados setores empresariais, paulatinamente conquistados por uma agenda baseada na destruição da arquitetura social desenhada pela Constituição de 1988, no desmanche das leis trabalhistas, no achatamento dos salários e na centralização da renda financeira, piorou ainda mais o quadro.

A frustração e desânimo da classe trabalhadora e dos setores populares com o ajuste fiscal se refletiu em tensão na base parlamentar, o que deu margem para o avanço do bloco golpista.

As forças conservadoras não hesitaram, e fizeram uma operação de desestabilização para abrir o caminho para ruptura constitucional, que culminou no afastamento provisório de uma presidente legitimamente eleita.

Companheira presidente Dilma,

Os golpistas tomaram de assalto o Estado e já iniciaram a obra que querem deixar para o povo brasileiro.

A prioridade do ano é a constitucionalização de um ajuste fiscal de longo prazo, com o congelamento dos investimentos públicos em saúde e educação e desvalorização do funcionalismo público.

O corte de direitos previdenciários e trabalhistas com o fim da CLT é um objetivo central, assim como o fim da política de valorização do salário mínimo e o desmonte paulatino das políticas sociais de inclusão social.

A privatização de "tudo o que for possível", como da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e dos Correios, é a ideologia.

Entrega das nossas riquezas naturais, das terras, dos minérios, da água e do petróleo para o capital internacional, é a estratégia.

Reorientação da nossa política externa, com a submissão aos interesses do imperialismo dos Estados Unidos, desmonte do Mercosul, enfraquecimento da UNASUL e dos BRICS, é uma obsessão.

Companheira presidente Dilma,

Nós estamos na luta pela democracia, pela soberania nacional, por um novo modelo econômico e pelas reformas estruturais. Acreditamos que, absolvida pelos senadores, a senhora deverá retornar e colocar em um patamar superior o processo de mudanças iniciado em 2003.

A prioridade central deve ser a implementação de um programa nacional de emergência, voltado à recuperação econômica, à criação de empregos e à geração de renda, ao aumento de investimentos na produção agrícola de alimentos para o mercado doméstico e, especialmente, à reindustrialização do país.

Reconduzida ao comando do governo federal, e com base nestes eixos primordiais, defendemos que a senhora nomeie um ministério de lideranças representativas da resistência democrática e da diversidade de nosso país. A equipe deve ser formada por homens e mulheres honrados, que expressem a aliança das forças progressistas e democráticas com os movimentos populares.

Nesse cenário, a Frente Brasil Popular renova o compromisso de manter a mobilização nas ruas e pressionar as instituições para dar a sustentação necessária para que a senhora enfrente as elites para aprofundar as mudanças. Não temos ilusões sobre as dificuldades que enfrentaremos.

Companheira presidente Dilma,

As elites brasileiras subordinadas ao capital estrangeiro declararam guerra à nossa democracia e ao nosso povo. Vamos resistir à ofensiva neoliberal no Brasil e na América Latina. Neste quadro de radicalização da luta de classes, não resta às forças populares outro caminho senão retornar o debate sobre um projeto popular, nacional e democrático para o Brasil para orientar a militância, alinhar as forças populares, atrair os setores médios, circunscrever as alianças e contagiar as massas.

Vamos lutar por uma profunda reforma política. É urgente acabar com a submissão do sistema político ao poder econômico e reformar o Estado para garantir que os direitos previstos pela Constituição sejam realizados e acabar com a corrupção sistêmica. Adotar mecanismos que ampliem a participação direta da cidadania nas decisões políticas, assim como garantir a representação correspondente de trabalhadores, mulheres, negros, LGBTs e jovens.

Vamos lutar por uma reforma do sistema econômico. Defender medidas para regulamentar o capital financeiro, os bancos, a especulação e a remessa de lucros para o exterior.

Pressionar por uma reforma tributária que reduza a carga de impostos sobre os trabalhadores e a classe média, estabelecendo ou aumentando contribuições sobre ganhos de capital, grandes propriedades e heranças, lucros e dividendos, meios luxuosos de transporte e renda financeira mais elevada. É necessário taxar o andar de cima!

Vamos lutar pela universalização da educação pública e pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde, o SUS. Apesar de todos os avanços desde a Constituição de 1988, é necessário avançar, porque toda família de trabalhador padece para conseguir uma escola pública para os filhos e atendimento médico de saúde para os pais.

Vamos lutar pelo desenvolvimento de ciência, tecnologia e conhecimento, como fazem as grandes potências mundiais, para fortalecer a indústria brasileira e emancipar o nosso país. Com o monumental desenvolvimento tecnológico da humanidade, é possível reduzir a jornada de trabalho, para que o povo tenha mais tempo com a família, para lazer e diversão.

Vamos lutar pela reforma do sistema de comunicação. Acabar com os oligopólios de comunicação que controlam corações e mentes. Democratização do sistema de radiodifusão.

Constituição de um sistema verdadeiramente plural e democrático de comunicação.

Vamos lutar por uma reforma urbana. Para acabar com o déficit habitacional no país e garantir que todas as famílias de brasileiros tenham uma casa. Instituir um sistema de transporte baseado no transporte coletivo de qualidade para todos. Reestruturar o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial. Assim, iniciar um processo de reorganização das cidades para enfrentar o caos urbano vivido nas grandes cidades.

Vamos lutar pela reforma agrária popular. Acabar com o latifúndio colocando limites para grandes propriedades e garantir terra a todos os homens e mulheres que trabalham no campo. Demarcar as terras dos povos indígenas e titular os territórios quilombolas. Mudar o modelo agrícola para dar prioridade à produção agrícola em pequenas e médias propriedades e produzir alimentos para o povo brasileiro, sem agrotóxicos e venenos, por meio da agroecologia.

Vamos lutar pela soberania nacional sobre nossos recursos naturais, como terras, fonte de água, minérios e petróleo. Essas riquezas devem estar a serviço de um projeto de desenvolvimento que atenda à necessidade do povo brasileiro.

Companheira presidente Dilma,

Não descansaremos um só dia na missão de debater, dialogar e mobilizar o povo brasileiro para defender a democracia, garantir o respeito às urnas, reformar o Estado brasileiro e ampliar as conquistas dos trabalhadores no sentido da construção de uma sociedade com justiça e igualdade.

Vamos à luta, companheiros e companheiras! Não ao golpe! Fora Temer!

Agende-se

26 de agosto de 2016 | Número 016

EMIR SADER

Em Belém

lançam
doO BRASIL Q
QUEREMOSSexta 26 | 8
Hotel Regis
(Av.José Malcher, Próx.SÓ
A LUTA
GARANTE

30/08: Assembleia Extraordinária da FETEC-CUT/CN - Brasília

Pauta

Aquisição de Bem Imóvel
Congresso Ordinário 2017
Campanha Salarial dos Bancários 2016



BOLETIM INFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretaria da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

FETEC
Centro Norte

